

## **A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E DA CULTURA NO MULTICULTURALISMO ESCOLAR: como os conceitos ganham ênfase na disciplina de história por meio das legislações de ensino**

LA IMPORTANCIA DE LA MEMORIA Y LA CULTURA EM EL MULTICULTURALISMO ESCOLAR: como los conceptos ganan énfasis em la disciplina de la historia a través de la enseñanza de la legislación

THE IMPORTANCE OF MEMORY AND CULTURE IN SCHOOL MULTICULTURALISM: how concepts gain emphasis in discipline of history rough teaching legislation

Paulo Pereira<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7104-9854>

Paulo Giareta<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>

### **Resumo:**

Esse trabalho propõe levantar um debate em torno dos conceitos memória, cultura(s) e diversidade e como esses conceitos estão diretamente ligados a uma perspectiva multicultural dentro da sala de aula. Portanto, pretende-se trabalhar com algumas legislações que pontuam a importância do ensino da diversidade dentro da escola, dando ao ambiente escolar a obrigatoriedade de ensinar sobre outras culturas e saberes, como a indígena e africana, já que salientam que ambas são de extrema importância para a formação nacional do brasileiro. Procura-se, no decorrer desse trabalho, apresentar uma pesquisa bibliográfica baseada a partir de Poso e Monteiro (2021), Candau e Moreira (2008), Nora (1993), Freire (1996) e Pereira (2008). Dessa forma, pode-se apresentar uma perspectiva de ensino que preze pela diversidade e respeito pelo diferente, que valorize as culturas e as memórias dos alunos, que dialogue com a realidade do alunado e que preze por formar sujeitos pensantes e críticos e não apenas indivíduos alienados pela

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Três Lagoas. E-mail: pauloleal97@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do GForP - Grupo de Estudos em Formação de Professores da UFMS/CPTL. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Ensino Aprendizagem - LEA (UFMS/CPTL); Coordenador do Projeto de Pesquisa Pedagogia Universitária para Formação de Pedagogos e a Qualidade da Educação Básica - UFMS/CPTL. E-mail: paulo.giareta@ufms.br

### **Como referenciar este artigo:**

PEREIRA, Paulo; GIARETA, Paulo. A importância da memória e da cultura no multiculturalismo escolar: como os conceitos ganham ênfase na disciplina de história por meio das legislações de ensino. *Revista Pedagógica*, v. 24, p. 1-20, 2022. DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp24i1.6502>

história eurocêntrica. O resultado almejado é proporcionar um debate que interligue a importância da História para o respeito à diversidade por meio das memórias e da cultura que existe dentro do âmbito escolar e sugerir algumas práticas didáticas para que isso ocorra.

**Palavras-chave:** Multiculturalismo. Diversidade. Prática Docente

**Resumen:**

Este trabajo se propone plantear un debate en torno a los conceptos de memoria, cultura(s) y diversidad y cómo estos conceptos están directamente vinculados a una perspectiva multicultural dentro del aula. Siendo así, se pretende trabajar con alguna legislación que enfatice la importancia de la enseñanza de la diversidad dentro de la escuela, dando al entorno escolar la obligación de enseñar sobre otras culturas y saberes, como los indígenas y africanos, pues enfatizan que ambos son de suma importancia para la formación nacional del brasileño. En el transcurso de este trabajo, el objetivo es presentar una investigación bibliográfica basada en Poso y Monteiro (2021), Candau Y Moreira (2008), Nora (1993), Freire (1996) y Pereira (2008). De esta forma, se puede presentar una perspectiva docente que valore la diversidad y el respeto a los diferentes, que valore las culturas y memorias de los estudiantes, que dialoga con la realidad de los estudiantes y que valore la formación del pensamiento. y sujetos críticos y no solo individuos alienados por la historia eurocéntrica. El resultado deseado es brindar un debate que conecte la importancia de la Historia y el respeto a la diversidad a través de la memoria y la cultura que existe en el ámbito escolar y proponer algunas prácticas docentes para que esto ocurra.

**Palabras clave:** Multiculturalismo. Diversidad. Práctica docente

**Abstract:**

This work proposes to bring up a debate around the concepts of memory, culture(s) and diversity and how these concepts are directly linked to a multicultural perspective within the classroom. Therefore, it is intended to work with some legislation that emphasizes the importance of teaching diversity within the school, giving the school environment the obligation to teach about other cultures and knowledge, such as indigenous and African, as they emphasize that both are extremely important for the national formation of the Brazilian. In the course of this work, the aim is to present a bibliographical research based on Poso and Monteiro (2021), Candau and Moreira (2008), Nora (1993), Freire (1996) and Pereira (2008). In this way, one can present a teaching perspective that values diversity and respect for the different, one that values the cultures and memories of students, one that dialogues with the reality of the students and that values for training thinking and critical subjects and not just individuals alienated by Eurocentric history. The desired result is to provide a debate that connects the importance of History for respect for diversity through memories and the culture that exists within the school environment, and to suggest some teaching practices for this to occur.

**Keywords:** Multiculturalism. Diversity. Teaching practice

## INTRODUÇÃO

Esse trabalho preza em pontuar a importância da diversidade dentro da sala de aula tendo em foco apresentar métodos para o respeito da cultura negra – mas que não deixam de ser compatíveis com outras formas culturais – e como os professores podem trabalhar na construção de uma alteridade entre seus alunos. Esse respeito mútuo entre alunos os permite compreender e respeitar outras culturas, outros povos e outras formas de pensar, e por meio dessa compreensão pode surgir uma abrangente consciência histórica capaz de modificar a visão de mundo de cada um, permitindo, assim, que entendam os motivos da existência de uma memória oficial ou hegemônica e outras que são individuais e diferentes das contadas nas escolas e na maioria dos materiais didáticos.

O objetivo que é proposto nesse trabalho é articular os conceitos de cultura(s), diversidade e memória que, juntos, formam a cultura escolar, assim como as culturas que a compõe, para apresentar e sugerir métodos, abordagens e práticas de ensino da disciplina de história que preze em ensinar o respeito pelo próximo em suas crenças, ideias, conhecimentos do mundo e da realidade em que estão inseridos. São apresentados os apontamentos de Freire (1970), Poso e Monteiro (2021), Candau e Moreira (2008), Pereira (2008), Adorno (1995), entre outros autores que prezam por um ensino (de história) que desenvolva nos alunos o senso crítico da realidade em que estão inseridos e o respeito pela história de vida do próximo e de sua trajetória, buscando, assim, a transformação do meio que estão inseridos.

Busca-se, por meio do debate das ideias dos pesquisadores supracitados, responder – ou ao menos abrir caminhos para que seja respondida – a pergunta: para que serve a educação? Juntamente dessa questão surgem outras que permeiam a realidade do professor – não apenas o de História. Educa-se para que nossos jovens caiam na barbárie? Educa-se para que saiam da escola alienados e prontos para o mercado de trabalho? Prontos para seguir e obedecer sem questionar? Educa-se jovens que não se importam com seus semelhantes e que não lutam pela transformação da realidade em que estão inseridos?

Esse trabalho está dividido em duas seções: memória e cultura, que apresenta esses conceitos, interligando-os, pois, compreende-se que da mesma forma que a memória é um local de importância para grupos sociais manter a história e a cultura de seu povo ancestral vivas, também é local de exclusão e menosprezo das “minorias” subalternas. Ambos os

conceitos estão interligados com o ensino de História e com o multiculturalismo existente na sala de aula. Nessa seção também serão apresentadas as legislações que fundamentam os argumentos propostos sobre o ensino de culturas e o respeito pela diversidade cultural.

A segunda seção terá como foco debater e sugerir meios de desenvolver junto aos alunos o ensino e aprendizado sem preconceito e discriminação, focado na diversidade cultural existente no ambiente escolar e propondo algumas ideias de práticas pedagógicas.

## MEMÓRIA E CULTURA

Existe uma grande discussão sobre cultura e culturas e como elas podem ser usadas em sala de aula por um professor. Segundo Canen e Moreira (2017, p. 13):

Em um quarto sentido, a palavra "culturas" (no plural) indica os distintos modos de vida. (Valores e significados compartilhados por diferentes nações, classes sociais, subculturas e períodos históricos). Trata-se da visão antropológica de cultura, correspondente aos significados que os grupos compartilham ou seja, aos conteúdos culturais. Cultura identifica-se, assim, com forma geral de vida de um dado grupo social.

Nessa perspectiva:

[...] refletir sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os seus múltiplos recortes. Diante de uma realidade cultural e racialmente miscigenada, como é o caso da sociedade brasileira, essa tarefa torna-se ainda mais desafiadora (GOMES, 2000, p.23).

Portanto, quando se fala de educação e diversidade cultural, é importante que os professores estejam atentos em cada momento de sua regência para não faltar com respeito aos seus estudantes ou a sua cultura. Eles precisam saber que a cultura hegemônica (ou até mesmo a sua própria) não é a única existente na sociedade e na sala de aula. Desta forma, a educação é um direito de todo cidadão, segundo as DCNs:

Os direitos civis, políticos e sociais focalizam, pois, direta ou indiretamente, o tratamento igualitário, e estão em consonância com a temática da igualdade social. Já o direito à diferença busca garantir que, em nome da igualdade, não se desconsiderem as diferenças culturais, de cor/ raça/etnia, gênero, idade, orientação sexual, entre outras. Em decorrência, espera-se que a escola esteja atenta a essas diferenças, a fim de que em torno delas não se construam

mecanismos de exclusão que impossibilitem a concretização do direito à educação, que é um direito de todos (BRASIL, 2013, p. 105).

Essa pesquisa concorda que a educação é capaz de reverter o quadro sugerido por Silva, Ortiz e Maciel (2019, p. 8) quando destacam que:

[...] as diferentes identidades, culturas, valores e origens são temas que constante e intensamente têm ganhado destaque dentro cenário nacional. Contudo, esse 'leque' cultural, vem acompanhado de discriminação, xenofobia, homofobia, racismo, feminicídio, conflitos políticos e guerras. Tudo isso, um produto da intolerância e da ignorância com aquilo que é visto e definido como "diferente".

É preciso, antes de falar das memórias que vão ser trabalhadas e desenvolvidas em sala de aula, saber do que se trata a memória, tanto que individual quanto a que pode ser considerada coletiva ou cultural. É necessário saber que a memória está presente na vida de cada pessoa, ela é ativa, viva, é parte da vida humana, serve para engrandecer ou diminuir, é abstrata e manipulável ao bem prazer dos homens, tem diversos pontos de vista, também pode ser cheia de ucronias para parecer mais bela quando contada para os mais jovens, aqueles que não podem opinar sobre algo que não viveram. Segundo Nora (1993, p. 09):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações.

A memória, segundo Halbwachs, citado por Nora (1993, p.13), "[...] existe tanto quanto os números de grupos que existe, ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva e individualizada". O conceito de memória que esse trabalho pretende destacar é o de memória cultural, entendida como "[...] uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural" (ASSMANN, 2008, p.18).

A memória de povos vem sendo guardadas ou passadas oralmente desde o Egito, Grécia, China ou África, quando os homens aprenderam a grafia de símbolos e de caracteres que os permitissem guardar nos papiros ou pergaminhos a história das grandes guerras, dos grandes generais ou do povo e da sociedade, de suas culturas, de seus ancestrais e de seus deuses. Sempre existiu o medo do esquecimento. Os griôs são ainda

hoje um exemplo: homens treinados e encarregados de guardar a história de certo grupo ou família e passar essas histórias e memórias armazenadas a todos os novos membros. É através desses registros, desse medo do esquecimento, que podemos saber qual era a cultura de diversos povos e como essas culturas foram se moldando. Homens, mulheres, crianças, reis e rainhas foram levados de suas terras natais para lugares ao redor de todo o globo, vieram e foram para lugares que seriam e foram vendidos como coisas.

Longe de seus familiares e de seu povo, de sua terra e cultura, o que eles podiam fazer a não ser usar as memórias culturais para transformar o ambiente em que se encontravam em um lugar onde pudessem aturar a forma de vida imposta, onde pudessem, apesar de tudo, saber que a sua cultura, seus ancestrais, seus deuses e sua forma de viver não iriam morrer, e além disto, manter suas identidades culturais vivas?

A memória cultural destes povos sobreviveu, pois, na memória cultural “O passado não é preservado como tal, mas está presente em símbolos que são representados em mitos orais ou em escritos, que são reencenados em festas e que estão continuamente iluminando um presente em mudança” (ASSMANN, 2008, p. 122).

Centenas de culturas de homens e mulheres negros/as foram se mesclando com o passar do tempo, tanto com as culturas europeias como com as dos povos originários. Cada homem e mulher feito escravo adicionou as suas memórias culturais em algo que acreditavam que iria manter todas elas vivas: as tradições, as festas, a culinária, tudo se uniu num grande emaranhado de memórias que se transformou em várias culturas e religiões diferentes, mantidas vivas até a atualidade, sendo consideradas como símbolos de resistência.

Os sujeitos estão interligados desde o nascimento até a morte com sua cultura (seja ela qual for), são o cerne de uma sociedade, define o homem e o explica. Para Laraia (1986), a cultura não apareceu de repente e, mesmo que tenha sido um verdadeiro salto da natureza para a humanidade, foi um processo longo. Para este autor, a família sofreu alteração orgânica e passou a exprimir-se, ensinar, aprender a partir da infinita cadeia de sensações e objetos isolados. As culturas se exprimem de diversas formas e com significados diferentes para diversos acontecimento, como funeral, alimentação, ritos de passagem etc.

Os indivíduos são reflexos de suas famílias, herdando costumes, ideias, formas de falar e de agir que os define como indivíduos culturalmente inseridos numa sociedade. Isso pode ser tão intenso que as memórias coletivas são descritas por Pollak (1992, p. 02) como:

[...] acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Segundo Peter Burke (2004), existem diversas formas de estudar e ensinar cultura: se pode estudar a cultura das cidades, do campo, do homem medieval, do moderno, dos escravos, dos alforriados, dos senhores de engenho. Burke (2004) e Laraia (1986) citam Edward Taylor (2004, p.28) para descrever cultura como algo que se baseia em “[...] todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.”

Existe um motivo por trás desta discussão que é proposta, há na sociedade brasileira uma cultura que se pode chamar de “hegemônica”, na qual todos os fatos que são estudados na escola formam-se a partir desta cultura. Esta, segundo Candau e Moreira (2008), é a cultura europeia, branca, elitizada, que exclui as minorias de suas narrativas. Ensinar apenas com esta visão de história é perigoso, pois se cria uma identidade falsa nos jovens e os aliena, faz com que pensem quem fazem parte de grupos sociais nos quais não estão inseridos. Segundo Assmann (2008), a transição de um grupo ao outro é acompanhada por um imperativo de esquecimento das memórias conectadas com a identidade original. Sendo assim, se as pessoas começarem a se sentir ou fazer parte de grupos que não as acolhe enquanto elas possuírem identidades que este novo grupo não aceita, começam a deixar suas culturas e identidades para trás, quando as pessoas já não estão mais satisfeitas com o que seus grupos sociais oferecem, abandona-os. Nesse sentido Poso e Monteiro (2021, p. 08) destacam que:

Há necessidade de amplas discussões com problematização das injustiças sociais e abordagens de diversidade cultural, objetivando a democratização e o respeito entre todos. Há também a premência de andar na contramão da mecanização do

processo ensino-aprendizagem, desassociando-se do modelo bancário e levando os licenciandos a refletirem sobre a profissão docente e a importância da atuação no magistério com práticas que sirvam para combater padrões educacionais que valorizem determinada cultura em detrimento de outra; que postulem uma única verdade; que façam da escola uma via de mão única, onde o professor é tido como o detentor do saber.

Os autores ainda pontuam que:

O sistema educacional brasileiro é uma herança do modelo educativo colonial, sustentado em orientações eurocêntricas que vão em prol da ideologia dos governantes, que sob a lógica economicista, coaduna com os interesses internacionais. Ele legitima processos hegemônicos, estando a favor de alguns e abandonando outros à própria sorte e age como se o aluno fosse um bloco homogêneo. Nesta perspectiva, há o entendimento de que educar é um ato político, que tenciona superar as desigualdades, exclusões sociais e libertar o sujeito de condicionamentos pré-determinados. (POSO; MONTEIRO, 2021, p.14)

Esse tema proposto não foi escolhido de forma desordenada, pois memória e cultura são formas de luta pela sobrevivência e para a proteção, assim como podem ser categorias sociais e individuais que mantem a opressão instalada pela ordem vigente.

A seguir serão apresentados trechos de leis, resoluções e diretrizes que compõe o corpo legislativo para a educação e torna o ensino e o respeito pela diversidade cultural direito protegido pela lei. Sendo assim, a constituição de 1988 prevê que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e a suas liturgias; VIII – ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (BRASIL, 1988, p. 9-11).

Portanto, o Estado assegura proteção à diversidade cultural, mesmo que, nos referidos incisos, essa ênfase seja dada a perspectiva religiosa e sua diversidade, entretanto, percebe-se que a diversidade possui a devida proteção no documento constitucional. O inciso 2º explicita a garantia de proteção de outros direitos, deste modo,

dá proteção as mais diversas manifestações culturais, não somente as religiosas, que são protegidas pelo Estado. Não é apenas esse dispositivo, mas é possível que seja observado em outros o tema da diversidade cultural.

A LDB de 1996 prevê que exista o respeito a liberdade e o apreço a tolerância. Nela há termos que podem ser questionados, como tolerância: tolerar não seria respeitar. Ainda assim, o documento propõe no segundo capítulo, inciso 4º que: O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Já a Resolução nº 2, de 1º e julho de 2015 considera:

[...] a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo; (BRASIL, 2015, p.2).

Para esse documento, a educação inclusiva se dá através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.

Já no que tange a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) a Resolução propõe o:

[...] compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015, p.6).

É aparente que esses documentos compreendem e sugerem que a escola é um lugar de muitas culturas, não um ambiente monocultural, mas um espaço de diversidades, tomando-o como elemento da própria construção social do cidadão brasileiro. Além dos documentos supracitados, as diretrizes curriculares nacionais também determinam que:

[...] a escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo,

em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. Cabe, nesse sentido, às escolas desempenhar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, entre outras, de condição física, sensorial e socioemocional, origem, etnia, gênero, classe social, contexto sociocultural, que dão sentido às ações educativas, enriquecendo-as, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. Contemplar essas dimensões significa a revisão dos ritos escolares e o alargamento do papel da instituição escolar e dos educadores, adotando medidas proativas e ações preventivas (BRASIL, 2013, p. 15).

As DCNs também propõem o princípio emancipador, que vai contra todas as formas de alienação, sendo assim, o ensino que Freire (1970) aponta como bancário já deveria ter sido superado. Assim como Freire, que aborda o ensino para a liberdade, podemos destacar o ensino para a emancipação de Theodor Adorno (1995), que aponta que é necessária a existência de uma educação contra a barbárie e contra todas as outras formas de opressão. Ensinar contra a barbárie é ensinar para não seguir sem questionar, não é só perceber a realidade à sua volta, mas os indivíduos que a compõe, também.

Adorno (1995) ainda pontua que é necessário haver um ensino para a experiência, isso quer dizer que a maioria das pessoas vive suas vidas seguindo certas ideologias e ficam presas no meio delas sem perceber o que está fora, pois, para o autor, a falta de vontade de aprender ou de conhecer algo novo não é natural, mas ao sair de sua zona de conforto, o indivíduo pode se confrontar com novas formas de ver o mundo e isso faria que seu próprio jeito de viver seja questionado, pondo em dúvida suas práticas e ações diárias, o que acarreta dificuldade de se orientar no mundo, perturba sua orientação existencial. Dessa forma o autor defende a ideia de que as pessoas perdem a vontade de viver novas experiências por medo e ódio de aceitar o novo, aquilo que não é moldado. Adorno pontua ainda:

Essas pessoas odeiam o que é diferenciado, o que não é moldado, porque são excluídos do mesmo e porque, se o aceitassem, isto dificultaria sua "orientação existencial", como diria Karl Jaspers. Por isto, rangendo dentes, elas como que escolhem contra si mesmas aquilo que não é propriamente sua vontade. A constituição da aptidão a experiência consistiria essencialmente na conscientização e, desta forma, na dissolução desses mecanismos de repressão e dessas formações reativas que deformam nas próprias pessoas sua aptidão a experiência. Não se trata, portanto, apenas da ausência de formação, mas da hostilidade frente a mesma, do rancor frente aquilo de que são privadas. Este teria

de ser dissolvido, conduzindo-se as pessoas aquilo que no íntimo todas desejam (ADORNO, 1995, p.149).

Esses argumentos são interessantes para se pensar a educação no Brasil, que se tornou tão mecanizada e excludente de novas experiências sociais, culturais e até mesmo pedagógicas que mantem não só alunos, mas professores também sobre o véu da alienação. Exemplo disso é o ódio desvelado e sem motivo aparente as religiões de matrizes africanas e a diversos outros grupos que sofrem ódio e violência. É de se pensar que a escola não é suficiente para emancipar completamente um indivíduo, já que a alienação se encontra em todas as esferas sociais. No entanto, é um desafio para os professores e para a escola desenvolver nos alunos o desenvolvimento do senso crítico e pensamento emancipatório que possa vir a amadurecer no decorrer de suas vidas.

Há que destacar ainda a Lei nº 11.645/08, que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental ao médio. Sendo assim, como pontua Diallo (2015, p. 3):

A inclusão da temática História da África e dos Afro-brasileiros nos currículos escolares tem como objetivos superar equívocos e preencher lacunas deixadas por anos de história alicerçada no eurocentrismo. Bem como aproximar negros e negras, das histórias de lutas e resistências de seus ancestrais e do protagonismo africano, além de contribuir na reflexão e reconhecimento da incisiva participação dos africanos escravizados e de seus descendentes na construção da nação brasileira. Deverá, ainda, contribuir na construção de uma autoimagem positiva da aluna e do aluno negro, ao valorizar seu o padrão estético e cultural, elevando as possibilidades de sucesso escolar e profissional. E não menos importante, a inclusão da temática tem a finalidade de eliminar, desigualdades, ideologias e estereótipos racistas, proporcionando aos alunos negros, indígenas e brancos condições de respeitar e aprender sobre a diversidade humana.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana ainda pontuam que:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos

atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2013, p. 17).

O documento continua destacando que o Brasil, por ser um país multi-ético e pluricultural, precisa:

[...] de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2013, p.18).

### **SUGESTÕES PARA TRABALHAR COM A DIVERSIDADE CULTURAL EM SALA**

O ensino de História no ambiente escolar sobre o continente africano foi durante décadas focado no período da escravidão e a imagem da submissão dos povos negros aos brancos. Entretanto, dentro das políticas sobre ensino de História, foi promulgada a Lei nº 11.645.00, em 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino de História africana, afro brasileira e indígena em sala de aula, estimulando que surja no cenário educacional a necessidade de traçar no ensino da diversidade cultural desses povos, novas perspectivas de abordagem que não neguem as mazelas do período escravista, mas que avance na percepção do negro enquanto sujeito histórico detentor de articulações sociopolíticas, culturais e econômicas, e, principalmente, de características próprias que por serem diferentes dos parâmetros ocidentais muitas vezes são estigmatizados de forma errônea como culturas inferiores. Munanga (1986, p. 9) confirma essa ideia:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso, mais as necessidades econômicas de exploração, predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. O negro toma-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica.

Surge, dessa forma, o desafio de ensinar novas perspectivas históricas para os jovens alunos, levando em consideração que estes são portadores de memória que vem herdada da sua família e do grupo ao qual pertence, como afirma Monteiro (2007, p. 12):

Nossos alunos, ao chegarem à escola são portadores de saberes, referências construídas nos grupos familiares que cultivam suas memórias: sejam memórias de trabalhadores, migrantes nordestinos, desempregados, de lutas e combates diários pela sobrevivência, de referências étnicas, religiosas que oferecem explicações do mundo e de seu devir.

O professor irá trabalhar com diversas crianças que possuem muitas formas diferentes de ver e compreender o mundo, valores diferentes, religiões, modos de agir e de pensar distintos. Desta forma, não deve excluir o conhecimento que as crianças têm sobre o tema, mas introduzi-lo em sua aula.

Os professores precisam estar atentos às representações sociais de que seus alunos são portadores e procurar dialogar, lidar com elas no seu trabalho, principalmente no ensino de história, no qual estará trazendo revisões e críticas a saberes consolidados, e que servem para a comunicação entre os grupos aos quais seus alunos pertencem (MONTEIRO, 2007, p. 12).

Cada criança herda uma memória familiar e cultural diferente. Esses fatos podem trazer às crianças dificuldades de aprendizagem a certos conteúdos ou resistência a outros que frequentemente são apresentados como verdades absolutas pelos professores e acabam se chocando com a cultura de referência dos alunos.

Há um desafio para o profissional do ensino de História, que é o desenvolvimento de sua habilidade didática que permitirá incluir sem desmerecer os conhecimentos prévios que os alunos possuem de certos temas específicos. Apresentando um novo ponto de vista para a sala, o professor desenvolve um debate entre as versões da história negra e nativa que se diferencia das que se encontram no livro didático e aquela que o aluno dessas etnias traz consigo como memória coletiva do seu grupo social. Esse diálogo pode ensinar aos outros discentes que a história pode ser vista de diversos pontos de vista, além de ajudar na construção da alteridade pela vida e pela percepção de história dos outros.

O professor pode trabalhar com fontes (fotos, jornais de época, revistas antigas, jornais subversivos, monumentos de museus locais etc.) que remetam a todos os tipos de cultura e memória e como esses dois conceitos ajudam a formar a identidade de um grupo social. Também é de grande ajuda o ensino patrimonial, pois, trabalhar com diferentes lugares de memória (museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, objetos, sítios históricos ou arqueológicos, paisagens, parques ou áreas de proteção ambiental, centros histórico

urbanos ou comunidades rurais e até mesmo lugares de práticas religiosas) que proporcionam o conhecimento das manifestações populares (cantigas, folclore, religiões, costumes de vida) ajudam a focalizar, já nos primeiros anos da escolarização, os elementos que formam a riqueza cultural dos diferentes grupos étnicos que formaram a história do Brasil. Esse método proporciona o desenvolvimento da alteridade, valorização das diferentes culturas sem distinguir, hierarquizar umas como melhores e outras como piores.

Porém, como já foi dito, ele precisará saber lidar com o meio em que trabalha e com seus alunos, é preciso ter uma boa didática e não ensinar por ensinar, segundo Freire (1970), não se deve transmitir aos alunos os conteúdos a serem memorizados e no fim não significados e importantes em suas vidas práticas, públicas e cotidianas.

Se almeja como objetivo, quando se ensina a história das culturas, que os alunos percebam que existe o múltiplo respeito por elas, por suas práticas e por seus praticantes. Nossa sociedade é um “arco íris cultural”, como afirma Candau e Moreira (2008), mas algumas pessoas possui um daltonismo cultural e enxergam apenas o que está vinculado às suas vidas, veem apenas o que é natural para si e excluem tudo que é diferente. O professor tem o desafio de fazer que os seus alunos consigam enxergar essas diversas “cores” que existe ao seu redor, deixando o mundo todo “preto e branco” para trás.

Sendo assim, quais objetivos um professor deve ter em mente ao ensinar sobre a memória e a história dessas culturas na sala de aula? É tirar desde cedo o preconceito que existe impregnado na sociedade sobre essas culturas e seus ritos e é aí que entra a colisão de memórias e o professor precisa driblar as dificuldade e procurar esclarecer para os jovens – principalmente os negros – que suas manifestações culturais e religiosas não são ruins, o objetivo é mostrar que esses ritos possuem importância para seus praticantes; é passar aos alunos negros que fazer parte desta história não é motivo de sentir vergonha, mas orgulho por serem quem são.

Como o professor pode trabalhar com as memórias como uma fonte viva? Pereira (2007) dá algumas sugestões, como levar os alunos a uma roda de dança, levar objetos derivados das práticas culturais para a sala de aula, apresentar poemas, vídeo das festas celebradas pelos afrodescendentes, apontar semelhanças entre as religiões e as culturas.

Para Poso e Monteiro (2021, p. 4):

É nesse contexto que surge o termo decolonialidade, num processo dinâmico, de movimento, de conectividade, articulação, inter-relação, de visibilidade das lutas contra a colonialidade, de pensar na estruturação de outros modos de viver, de possibilitar críticas ao eurocentrismo por parte dos saberes silenciados, de permitir uma forma de se autocompreender, de respeitar a alteridade de outras culturas presentes ao redor, etc. Sua meta é a reconstrução do ser, do poder e do saber.

Segundo Candau e Moreira (2008), existe na escola uma cultura homogeneizadora que exclui o diferente, deixando o ensino de culturas diversas fora das salas de aula. É muito importante a aula ter caráter multicultural, no qual se ensina através de práticas educativas mais amplas que permitam trabalhar com diversas abordagens onde se possa ver incluídos todos os alunos e suas diferenças. O professor é convidado a conhecer a realidade de cada aluno para tratar todos com respeito e facilitar o diálogo. Assim,

Essa diversidade econômica, social e cultural exige da escola o conhecimento da realidade em que vivem os alunos, pois a compreensão do seu universo cultural é imprescindível para que a ação pedagógica seja pertinente. Inserida em contextos diferentes, a proposta política pedagógica das escolas deve estar articulada à realidade do seu alunado para que a comunidade escolar venha a conhecer melhor e valorizar a cultura local (BRASIL, 2013, p. 107).

Para haver educação de qualidade e de eficiência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana propõem:

Para além da eficácia e da eficiência, advoga que a educação de qualidade, como um direito fundamental, deve ser antes de tudo relevante, pertinente e equitativa. A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal. A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses. E a equidade, à necessidade de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter aprendizagens e desenvolvimento equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação. Na perspectiva de contribuir para a erradicação das desigualdades e da pobreza, a busca da equidade requer que se ofereçam mais recursos e melhores condições às escolas menos providas e aos alunos que deles mais necessitem. Ao lado das políticas universais, dirigidas a todos sem requisito de seleção, é preciso também sustentar políticas reparadoras que assegurem maior apoio aos diferentes grupos sociais em desvantagem (BRASIL, 2013, p. 113).

Dentro da sala de aula, uma criança ou jovem negro não deve ter vergonha de si mesmo e de sua cor ao ver no livro didático um homem ou mulher acorrentado, feito de escravo por homens brancos, não deve se sentir mal ou inferior, e no caso dos alunos

brancos, não devem ver esta imagem e associar aos seus colegas negros, tendo como intuito de inferiorizar e de fazer piadas. O desafio do professor, segundo Simonini (2010), junto com as práticas educacionais multiculturais é de construir, dentro da sala de aula, um ambiente onde se possa conversar sobre esses temas com facilidade, com mútuo respeito, e compreender quais os impactos disso na nossa sociedade até os dias de hoje, e ir além, desenvolver nas crianças um pensamento crítico sobre a história, e promover através deste conhecimento construído um lugar na vida práticas dessas crianças. Em outras palavras:

[...] aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação (BRASIL, 2004, p.18).

O professor é desafiado a construir com os jovens um ensino que ele não seja o portador do saber, mas mediador de conhecimento, que não vai apenas ensinar, mas também aprender. O profissional educador não deve ser mero executor de ordens proposta pelo currículo oficial, ensinar algo que não possui vínculo algum com o contexto social transforma a escola em uma “ilha completamente separada da sociedade” (POSO; MONTEIRO, 2021, p.10). Construir a consciência crítica nos jovens parece ser quase utopia, mas é necessário que haja a tentativa, pois, permitir que continuem alienados e imersos na lógica neoliberal os transforma em massas de manobras para diversos fins.

Esse trabalho concorda com os apontamentos Meinerz, Caimi e Oliveira (2018, p. 9) que pontuam que:

Pensar a escola a partir da ecologia de saberes é assumir o compartilhamento de saberes a partir do princípio da decolonialidade. Um dos saberes que são invisibilizados no processo de escolaridade é a sociabilidade, a aprendizagem de saberes que nos propiciem viver juntos. Que saberes são construídos para além da gramática estabelecida nos rituais escolares, dentro das aulas e dos manuais escritos ou dos currículos prescritos? Viver juntos pressupõe com partilhamento e se difere de estar próximos, dividindo o mesmo espaço, por exemplo, uma sala de aula. Compartilhar traduz a ideia de que cada um tenha algo, a partir de sua bagagem, de sua história de vida, para contribuir na partilha. Ao pensarmos como, o que, com quem e por que compartilhamos saberes é possível desver e encontrar

o que se esconde no caso do menino negro convidado por uma professora a corporificar o racismo ao declamar os versinhos racistas colocados no livro didático. Ao analisar o fato pelo viés da sociabilidade, o que se tem é um jovem que, posto nessa situação, vê-se em rompimento com laços de sociabilidade.

Em um trecho do trabalho das autoras citadas há o relato de um aluno negro que, ao ler versos no livro didático, sente que eles são racistas e desrespeitam sua existência como sujeito. Sendo assim, é isso que esse trabalho aponta como abominável e busca apontar diferentes formas de prever e impedir que isso continue acontecendo nas diversas salas de aula do país. Cria-se, assim, um desafio para os professores de história: serem capazes de induzir seus alunos a reforçarem os laços da sociabilidade e não se afastar dele, e é por meio desses laços que surge a possibilidade de desenvolver nos alunos que não são negros ou indígenas a alteridade necessária para que o pensamento crítico e transformador surja.

Antônio Olímpio Sant'Ana (2005) pontua sobre o racismo presente nos livros didáticos, destacando trabalhos de pesquisadores que fizeram levantamentos sobre o racismo e as visões pejorativas sobre os negros que são apresentadas nesses materiais. Sobre os resultados de uma dessas pesquisas o autor pontua de forma minuciosa:

Constatou-se a existência de uma ideologia da inferiorização do negro que é fortalecida na escola através do livro didático e do professor, sob a forma de estereótipos e preconceitos. Constatou-se, também, que o professor, figura importantíssima na educação do aluno, lamentavelmente, não percebeu a presença destes estereótipos e preconceitos, bem como o importantíssimo papel que exerce como o grande mediador no processo ideológico, reforçando a transmissão destes estereótipos e preconceitos (SANT'ANA, 2005, p. 51).

É importante que os professores compreendam que o livro didático muitas vezes é o único material de informação a que os jovens têm acesso, da mesma forma que consideram o professor como o portador do saber, também podem aceitar de forma acrítica os conhecimentos presentes nos livros didáticos. Sendo assim, se o professor não for capaz de perceber os preconceitos nele presentes ou até mesmo em suas próprias ações, não serão capazes de tirar visões pejorativas das consciências de seus alunos.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O trabalho da memória e cultura na sala de aula é importante, pois pode ser usado para ensinar as crianças que cada fato de suas vidas terá outra versão, talvez semelhante ou totalmente diferente das que elas ouvem ou possuem. É necessário aprender a valorização da memória e dos diferentes pontos de vista que existe na sociedade e a respeitá-los.

Os alunos também precisam ver a escola como um lugar acolhedor que transforma e valoriza seus conhecimentos prévios de histórias, passadas, às vezes, pela família que já modificou os relatos de geração a geração em algo mais amplo que as faça entender e a se interessar pelas suas memórias e ver que elas podem ser bem mais significativas e importantes. As crianças precisam aprender os motivos que fazem que alguns assuntos que ouvem em seus âmbitos familiares possuam versões diferentes, aprender que suas memórias não estão erradas ou certas e sim que existem campos de perspectivas e que isso querendo ou não é baseado nos seus âmbitos sociais e dos grupos nos quais pertence.

O trabalho do professor com as memórias de seus alunos é importante para transformá-las em conhecimentos e com elas trabalhar diferentes tópicos históricos e culturais. A importância de se ensinar através das memórias é que os mitos que existem em culturas, sobretudo em práticas religiosas, podem ser disseminados por meio dos conhecimentos que o professor possui de respectivas culturas ou religiões ou de fatos ocorridos. Desta forma o educador ajudará cada um de seus alunos a ter um entendimento melhor do mundo e da sociedade onde vive e até mesmo deles mesmos.

Ressaltamos que práticas que façam os jovens adquirir mais experiências e conhecimentos sobre temas que são para eles desconhecidos ou mesmo mal compreendidos são de suma importância, já que auxilia na construção da consciência crítica-histórica. Ao experimentar e conhecer aquilo que é diferente, há grandes possibilidades de que os jovens se tornem mais respeitosos para com os diferentes.

Indo para o ponto chave, falar sobre a importância da cultura e memória na sala de aula não é em vão, já que, como foi apresentado no decorrer desse trabalho por meio das leis e decretos citados, esses conceitos são importantes na hora de ensinar, tornando o estudo de povos nativos e negros tópico importante para a formação cultural e social dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. Educação após Auschwitz. In: **Educação e emancipação**. Tradução: W. Leo Maar, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

ASSMANN, Jan. communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NUNNING, Ansgar(ed) **cultural memory studie**: na international and interdisciplinaty hndbook. Berlin: new work: De Gruyter, 2008.

BRASIL, **Plano nacional das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: Brasil. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

BRASIL. **Lei nº 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 23/12/1996.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. MEC, 2001. BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2004

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CANEN, Ana; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. **Revista Educação em Debate**, v. 21, n. 38, 2017.

DIALLO, Cintia Santos. A obrigatoriedade do ensino da história da África: contribuições das universidades públicas do MS. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. XIII, 2015. Paraná, **Anais...** Paraná: Pontifícia Universidade Católica, 2015, p. 37646-37659

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GOMES, Nilma Lino. O impacto do diferente: reflexões sobre a escola e a diversidade cultural. **Revista Educação em Foco**, v.4, n. 4, p. 21-27, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1986.

MEINERZ, Carla Beatriz; CAIMI, Flávia Eloisa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. O Improvável na Aula de História: sociabilidades, racialidades e modos de estar junto na escola. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 53-72, set./dez. 2018.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História: entre história e memória**. Rio de Janeiro, Mauad editora, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. In: Projeto História n. 10. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História**. São Paulo, 1993.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Conferência transcrita dada ao CPDOC, publicada postumamente em estudos históricos; v. 5. Rio de Janeiro, 1992.

POSO, Fabiana de Freitas; MONTEIRO, Bruno Andrade Pinto. A perspectiva decolonial nos cursos de formação de professores: uma revisão de literatura. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-18, 2021.

SILVA, Neidja Virginia Felix de Santana da; ORTIZ, Carlos Eduardo do Vale; MACIEL, Rita Ferreira. Multiculturalismo no espaço escolar: Superação, respeito às diferenças sociais, culturais e étnicas. In: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, VII. 2019, Pernambuco. **Anais**. Pernambuco: Porto de Galinhas, 2019, p. 3562-3575.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SIMONINI, Gizelda Costa da Silva. **O estudo da História e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental (6º ao 9º ano): historiografia, currículos, formação e prática docente**. (Relatório de Pesquisa) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

Enviado em: 27-06-2021

Aceito em: 12-10-2021

Publicado em: 10-12-2021